

## A LITERATURA CABO-VERDIANA EM DIACRONIA

Maria Tereza Martins Rezende

HLS/UEMS

Daniel Abrão

HLS/UEMS

### Introdução

Ao se considerar os processos de formação da identidade nacional cabo-verdiana faz-se necessário não perder de vista os mecanismos de colonização tardia que permeiam as construções subjetivas, materiais e culturais desse povo africano submetido às dominações da metrópole portuguesa até meados dos anos 1970. Se o contato inicial se dá num processo violento e castrador que usurpa o sujeito, inserido no cenário colonial, de seu modo de viver, fragmentando suas origens matriciais, contemporaneamente, um processo neocolonialista imprime suas influências num contexto social que segue em luta contínua para estabelecer o seu lugar histórico na construção de uma identidade cultural e nacional.

Se com o colonialismo a cultura cabo-verdiana sofre a marginalização, atualmente, a globalização ameaça o estabelecimento dessa cultura pela ótica estereotipada difundida pelas imagens dominantes. Entretanto, as heranças coloniais permeiam a reconstrução material, cultural, política, econômica e subjetiva dessas nações oprimidas, uma vez que existe a dificuldade considerável em se desfazer as cristalizações da ideologia imposta e dominante no imaginário coletivo; a valorização de elementos exteriores à sociedade submetida, que tem uma conceituação considerada superior, está intrinsecamente ligada às marcas coloniais e interferem sobremaneira no desenvolvimento dos processos de identificação e construção culturais.

É natural que num contexto submetido às fragmentações de toda ordem, e que parecem imprimir particularmente a Cabo-Verde uma estreita relação entre a fragmentação geográfica do arquipélago e sua fragmentação identitária, o desenvolvimento literário esteja vinculado às vicissitudes históricas e materiais que compõem a historiografia literária desses países africanos de língua portuguesa. Isso implica em dizer que a luta que se trava em busca do estabelecimento identitário passa pela reafirmação de antecedentes históricos;

e Cabo-Verde, com toda a especificidade que lhe compete, não foge a essa constatação. Ainda que, resguardadas as diferenças essenciais em seus contextos, Cabo-Verde tenha desenvolvido uma idiossincrasia que reflete as condições de produção material, cultural, política e econômica, é possível perceber uma confluência ideológica com os outros povos luso-africanos em seus processos de luta pela independência e reconstrução de suas realidades.

Todos esses mecanismos coloniais que imprimem a exclusão e dominação dos oprimidos, devem ser considerados historicamente a partir das relações sociais, mas sobretudo analisados levando-se em conta o sistema capitalista nos âmbitos dessas relações políticas e sociais que se estendem no pós-independência. Segundo Boaventura de Souza Santos, em “Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial. E para além de um e de outro”<sup>1</sup>:

O capitalismo pode desenvolver-se sem o colonialismo, enquanto relação política, como se verificou historicamente, mas não o pode fazer sem o colonialismo enquanto relação social, aquilo que, no segmento de Anibal Quijano, podemos designar por colonialidade do poder e do saber. (SANTOS, 2004, p.24)

A “colonialidade do poder e do saber”, na expressão de Santos, pode ser entendida como uma manipulação conveniente para o domínio, já que, se até mesmo a subjetividade converte-se em “imaginação colonizada” (FRANCO, 2011, p.15), naturalmente, a transmissão do conhecimento e dos saberes passa pelo mesmo crivo. Ora, são os paradigmas coloniais e dominantes que encontram-se inerentes às relações sociais, mesmo que a apropriação deles seja utilizada para ruptura e ressignificação de uma realidade.

Como caracterização possível do colonialismo, uma caracterização suficientemente ampla para abranger todo o polimorfismo deste, proponho o seguinte: o conjunto de trocas extremamente desiguais que assentam na privação da humanidade da parte mais fraca como condição para a sobreexplorar ou para a excluir como descartável. (SANTOS, 2004, p.24)

---

<sup>1</sup> Conferência de abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de Setembro de 2004.

Existe, pois, uma integração desigual nesses processos coloniais que se configuram nas relações sociais e culturais vinculadas inevitavelmente aos processos políticos e econômicos; de fato, a análise histórica e material confirma a desigualdade que deriva para o âmbito literário, e define perspectivas excludentes para as relações sociais que se constroem a partir do colonialismo.

Numa relação de dominação, entre opressores e oprimidos, a exterioridade do oprimido só é concebível como parte da sua integração subordinada – ou seja, pela exclusão – no interior do sistema de dominação. Ou seja, numa relação dialéctica, a exterioridade do contrário é gerada no interior da relação. (SANTOS, 2004, p.20)

A literatura, âmbito de expressão, se desenvolve em dimensões sociais e políticas, reivindicando seu papel na construção histórica; inserindo o indivíduo assujeitado como protagonista de sua identidade, posicionando-o na abordagem histórica e não ao rés dela. A literatura cabo-verdiana, assim como as demais literaturas africanas em língua portuguesa, se desenvolve substancialmente consoante aos processos de luta pela independência, influenciada pela literatura e utopia brasileiras, e ressignificada pelo olhar crioulo. O processo de abrogação relacionado ao resgate dos elementos históricos e matriciais plasmam na literatura cabo-verdiana o caminho pregresso trilhado, e a perspectiva de um povo que se estabeleceu no entre-lugar das hierarquias.

A partir de 1990, quando Cabo-Verde passa a considerar a presença da mulher no cânone literário de sua cultura, Orlanda passa logo a integrá-lo com muito prestígio e torna-se figura emblemática na literatura cabo-verdiana. Ativista nas lutas pela libertação e engajada em questões relacionadas à igualdade social, emancipação feminina e legitimação da literatura do arquipélago, teve participação em vários movimentos políticos e sociais. Foi colaboradora da revista *Certeza* (1944), que fazia parte de um projeto para a construção identitária do arquipélago. Orlanda foi irmã de Ivone Aída, também escritora e colaboradora em projetos voltados à emancipação feminina em Cabo-Verde, como a OMCB – Organização das Mulheres em Cabo-Verde – criada no pós-independência. Apesar de não possuir uma obra extensa, publicou os livros de contos *Cais do Sodrê té Salamansa* (1974), *Ilhéu dos Pássaros* (1983) e *A Casa dos Mestros* (1989). Um livro para crianças, *Facécias e Peripécias*, também figura em sua produção.

### **Figuração e construção do sujeito feminino na produção de Orlanda Amarílis**

Orlanda Amarílis constrói dentro das estruturas narrativas do conto perspectivas temáticas que situam historicamente a posição social feminina, cristalizada pela ótica masculina, e sua ressignificação no contexto da diáspora e do exílio. É na perspectiva de extensão do diálogo, de difusão da identidade assinalada na diferença, que Orlanda Amarílis faz destacar em sua produção os elementos estruturantes de uma sociedade patriarcal, herdeira das ações discriminatórias e violentas com relação à mulher, que hierarquiza-se numa relação de classes e gêneros. O que ocorre é que Amarílis vive a condição diaspórica e exilada, e projeta em suas personagens os sentimentos de solidão e melancolia que acometem o deslocamento ou o “exílio metafórico” (GUILLÉN, 2005 apud Zandoná e Zucco, 2011, p.182). Ademais, a ruptura com as convenções falocêntricas que posiciona o sujeito feminino, está implicitamente definida no caráter subjetivo das personagens, isoladas em sua própria identidade cabo-verdiana, alijadas pela hierarquização dos gêneros. A condição da mulher de Cabo-Verde recorre no plano da enunciação desvelada pelo lócus enunciativo acompanhando a sincronia histórica.

Certamente, o lugar de onde se fala confere particularidades às vivências e às ideologias representadas no discurso do enunciador, portanto, considerar o contexto na temática de Amarílis é considerar suas experiências, colonial e de pós-independência, como mediadoras num processo de resgate, ressignificação, construção, afirmação e reconhecimento de uma identidade nacional e literária. Vivenciar a diáspora acrescenta à construção das identidades um reassuramento que se desenvolve, inclusive pelo reflexo advindo da alteridade.

A Insularidade isleña afigura-se como o resultado da luta e dos desafios que nascem no próprio chão das ilhas: ela é também um projecto inacabado cujos traços ganham forma e conteúdo no confronto e reencontro da água com a terra, do homem com o mar. [...] O ‘ciclo do mar’ forjou pois, a nossa Insularidade, mas também levou-nos a descobrir que se o mundo começa em nossa ‘casa’, o universo não se restringe apenas às nossas ilhas. Daí a nossa grande vocação ao diálogo e à cooperação, numa perspectiva de reconversão constante, de reconstrução inacabável e de afirmação assumida de uma criouldade com personalidade recriada diante do “outro” com quem dialoga e com quem coopera. (VEIGA, 2008 apud Rodrigues, 2011, p. 45)

A representação do feminino na obra de Amarílis, inserido na condição diaspórica, e, para além disso, inserido historicamente numa estrutura de dificuldades perenes que recorrem na anulação social, intelectual e subjetiva, lançam as mulheres cabo-verdianas ao exílio sem deslocamento, neutralizando as dimensões psicológicas, que surgem acometidas dos sentimentos de inferioridade. Não se pode perder de vista o caráter histórico das construções sociais e de suas convenções, sob pena de se depreender equivocadamente a realidade estabelecida. Os mecanismos de dominação penetram esferas substanciais das estruturas sociais, e desenvolvem nelas ideologias excludentes e exploradoras, dissimuladas e difundidas como se fossem uma construção legitimamente nacional.

Nesse contexto as mulheres em diáspora, ou não, tem sua representação social vinculada a um estereótipo de classes, forjada na perspectiva dominante e masculina; e nesse caso, não é incomum que leve tempo em se desfazer os referenciais excludentes impostos e reproduzidos, mesmo nas esferas femininas. A mudança com vistas às redefinições das posições sociais ocorre gradualmente, com a substituição dos referenciais impostos pelos construídos socialmente condicionados à emancipação, pelo acesso aos processos históricos que permeiam as construções sociais, culturais, materiais e políticas; assim, desenvolve-se a possibilidade de estabelecer-se uma identidade que, reorganizada, ocupe o lugar da, já caduca, reprodução dominante.

Orlanda Amarílis dispõe de toda essa temática histórica de dominação e alijamento em seus contos, e assinala as diferenças e semelhanças veladas em ações ordinárias daqueles que participam do desenvolvimento material e cultural de sua terra, mas que, todavia, estão situados num plano desconsiderado, onde suas vozes são abafadas. É pelas vozes desses cabo-verdianos, depossuídos da integridade de sua unidade ideológica, que Amarílis constrói sua narrativa. Todos os elementos temáticos se desenvolvem a partir de profundidades psicológicas construídas em contextos próprios da realidade cabo-verdiana, e que serão inseridos na estrutura do conto considerando-se o seu caráter intenso e dinâmico. Não será por acaso que suas prosas ficcionais trarão, subjacentes ao enredo, a construção sincrônica do estabelecimento social do sujeito feminino no contexto material das ilhas, bem como no contexto de deslocamento promovido pela diáspora que, considerada na condição de movimento, ocasiona uma integração diferenciada com o local de acolhimento. Entretanto, os indivíduos, masculinos ou femininos, que recorrem à diáspora não abandonam

suas origens ainda que elas sejam amargas; o deslocamento vincula-se às aspirações econômicas e intelectuais e não afeta as ligações referenciais com a realidade insular, mas fatalmente as transforma.

Para uma melhor interpretação dos expedientes utilizados por Orlanda Amarílis em sua produção ficcional no que tange à diáspora e às condições de exílio advindas do estabelecimento da posição social e histórica do sujeito feminino na sociedade cabo-verdiana, e de que maneira as marcas coloniais se reproduzem e são superadas em seu discurso, evidenciando um passado excludente dessa sociedade; exclusão e marginalização que se estendem atualmente sob o signo da globalização, mas que, entretanto, seguem contando a história desses povos por um olhar unilateral, trabalharemos com o conto Cais do Sodrê, inserido na obra *Cais do Sodrê té Salamansa (1974)*, que é composto por sete contos, que se desenvolvem, variando seu espaço entre os contextos de Portugal e das ilhas.

A reivindicação de um espaço, legítimo, e que rompe com a hierarquização, localizado na produção de Amarílis, a qual institui a sua “terceira margem” pela perspectiva feminina, e que seguramente possui em sua construção peculiaridades contextuais, materiais e subjetivas, bastante diferenciadas da posição do sujeito masculino cabo-verdiano, apresenta-se perfeitamente articulado nas construções metafóricas que destacam a vivência empírica cotidiana, mas que tornam possível depreender implicitamente os processos de exclusão e dominação históricas. O espaço, enquanto, modificador de interpretações, porque não significa apenas lugar, imprime caráter significativo quando se trata das construções ideológicas e de identidade, conforme consideração de Elisa Maria Taborda da Silva em *Cais do Sodrê té Salamansa: o cabo-verdiano em exílio*.<sup>2</sup> É a partir dessa perspectiva que segue-se a tentativa de interpretação analítica do conto já mencionado.

Esses espaços habitados não só por pessoas mas também por discursos intencionados são historicamente organizados, de forma a serem vistos como centrais ou marginais, fortes ou fracos, hegemônicos ou minoritários. Essa suposta “organização mundial” estende-se pela política, economia e, certamente, para o âmbito da produção cultural. (SILVA, S/data, p.67)

É a partir dessa perspectiva que segue-se a tentativa de interpretação analítica do conto de Amarílis.

---

<sup>2</sup> Cadernos Cespuc.



### **Cais do Sodré: uma metáfora circular da identidade cabo-verdiana**

Abaixo é proposto um trecho do conto Cais do Sodré, do livro *Cais do Sodré té Salamansa* (1974), que exemplifica o comportamento dos sujeitos em diáspora; apesar das diferentes motivações para o deslocamento, permanecem vivas dentro deles suas origens e seus referenciais, conforme mostra o monólogo interno da personagem Andresa, cabo-verdiana em diáspora, diante do encontro eventual com uma conterrânea, dentro de um trem. Note-se que mesmo não reconhecendo sua fisionomia, reconhece-lhe a condição; e conclui que mesmo não sabendo quem ela é, e ainda que suas associações estejam equivocadas, por certo deve conhecer alguma pessoa de suas relações. Essa ligação simbólica construída na identificação de condições fica revelada pela empatia que considera a tentativa de aproximação.

Oh gente, se encontra pessoas, como ela, vindas daquelas terras de espreguiçamento e lazeira, associa-as quase sempre a uma ou outra família. Se não as conhece, bom, de certeza conheceu o pai ou o primo ou o irmão, ou ainda uma tia velha, doceira de fama, até talvez uma das criadas lá da casa. E a conversa, por esse elo, estende-se, alarga-se, num desfolhar calmo, arrastado, saboroso quase sempre. (AMARÍLIS, 1974, p.9)

A reciprocidade estabelecida pelas condições comuns, nacionais e de diáspora, é flagrante no comportamento das duas personagens, Andresa e Tanha (senhora que Andresa estabelece o diálogo no comboio): “Tanha levantou os olhos, virou a cara para Andresa e teve um sorriso de convívio, um sorriso das pessoas daquelas terras se encontram pessoas conhecidas, patrícios, amigos antigos” (AMARÍLIS, 1974, p. 14). Entretanto, a distância das raízes imposta pela diáspora desenvolve em Andresa sentimentos contraditórios: a necessidade de estabelecer contato com a pátria e suas raízes, e o não reconhecimento com ela depois de anos de ausência, que parecem despertar nela ímpetos de rompimento com essas origens: “Ainda hei-de perder essas manias. Manias de dar trela a todo biscareta da minha terra. Apareça-me pela frente seja quem for, não conheço, acabou-se.” (AMARÍLIS, 1974, p.10); todavia ela não pode identificar-se com o lócus social do contexto para o qual emigrou. A distância material e subjetiva das terras de origens, e de sua idiosincrasia ausente, parece estabelecer uma lacuna na vida de Andresa ao rememorar os acontecimentos que envolvem a figura de Tanha e de seu pai nhô Simão. O estranhamento advindo da lembrança é fruto de

uma suspensão no tempo dos anos vividos na ilha: “Andresa relembra estes sucedimentos e afigura-se-lhe nunca terem acontecido, tanto mais, mal assistira a eles” (AMARÍLIS, 1974, p.20).

Ocorre que a escolha do gênero textual – conto – contempla o caráter fragmentário da realidade porque dispõe de mecanismos que plasmam o recorte ficcional, fato que promove uma ampliação dos sentidos que vão do particular para o geral e simbolizam as metáforas cotidianas das relações estabelecidas. Andresa expressa o estranhamento aos acontecimentos vividos, para em seguida romper o fluxo de distanciamento pela volta da atenção às histórias de Bia Antónia. Esse movimento pressupõe uma ligação inconsciente da personagem às origens, ainda que ela expresse, em alguns momentos, mudanças com relação a essas identificações, seu íntimo reassegura pelo passado o reconhecimento de sua matriz.

Andresa relembra estes sucedimentos e afigura-se-lhe nunca terem acontecido, tanto mais, mal assistira a eles. Ainda uma vez, Bia Antónia, à noite, sentada como de costume, no caixote ao pé da escada de acesso ao quintal, desfia o resto desta história de gongom. (AMARÍLIS, 1974, p. 20).

O ambiente desenvolvido nos contos atende a uma dinâmica trabalhada do interior para o exterior, conforme percebemos nas palavras de Cortázar, na produção crítica *Do conto breve e seus arredores*, do livro *Valise de Cronópio*:

A noção de pequeno ambiente dá um sentido mais profundo ao conselho, ao definir a forma fechada do conto, o que já noutra ocasião chamei sua esfericidade; mas a essa noção se soma outra igualmente significativa, a de que o narrador poderia ter sido uma das personagens, vale dizer que a situação narrativa em si deve nascer e dar-se dentro da esfera, trabalhando do interior para o exterior, sem que os limites da narrativa se vejam traçados como quem modela uma esfera de argila. Dito de outro modo, o sentimento de esfera deve preexistir de alguma maneira ao ato de escrever o conto, como se o narrador, submetido pela forma que assume, se movesse implicitamente nela e a levasse à sua extrema tensão, o que faz precisamente a perfeição da forma esférica. (CORTÁZAR, 2008, p.228)

O espaço de onde Amarílis se posiciona parece considerar essa preexistência contextual que confere a dimensão da forma esférica e garante a movimentação implícita e diluída pelo estabelecimento do foco narrativo. “Calou-se. No fundo, irritada consigo mesma. Lá estive eu com explicações. Levo a vida nisso. Ora,



não vou com ela, porque não estou mesmo nada interessada. Para conversa já chega” (AMARÍLIS, 1974, p.15).

A posição do narrador nas obras de Amarílis promove essa tensão semântica que subjaz implícita ao desenvolvimento de sua ficção, e desvelam as condições advindas da posição de entre-lugar, sentidas na diáspora e na construção social insular daqueles que mesmo sem se deslocar, vivem o exílio material e subjetivo.

O discurso enunciador da história pelo olhar feminino, denuncia a hierarquização dominante desconstruindo estereótipos, mas sobretudo reivindicando uma nova realidade que passa a ser construída pelo processo de dessacralização das ideologias dominantes inseridas em dimensões consideradas secundárias. Ademais, aqueles que se deslocam vivem de forma empírica os influxos de um contexto diferenciado, o que acarreta ressignificações das posturas e posicionamentos sociais. Conforme Jussara de Oliveira Rodrigues<sup>3</sup>: “A interação social diaspórica permite a construção de um sujeito híbrido que não abandona suas raízes, mas não ignora novas tendências da sociedade em que está inserido.” (RODRIGUES, 2012, p 47)

A partir desse caráter híbrido, que se desenvolve por meio do contato com os influxos da sociedade à qual o sujeito diaspórico tenta se estabelecer, surge a contradição que concerne à identificação, já que mesmo não abandonando os referenciais de sua origem, passa a percebê-los e entendê-los a partir de outra realidade contextual, conforme é percebido no monólogo interior de Andresa:

De há algum tempo para cá acontece-lhe isto. Vê um patricio, sente necessidade de lhe falar, de estabelecer uma ponte para lhe recordar a sua gente, a sua terra. Entretanto, feito o contacto, o desencanto começa a apoderar-se dela. Qualquer coisa bem no íntimo lho faz sentir. Não tem afinidades nehumas com as pessoas de há quinze anos para trás. Nem são as mesmas. Topa-os aqui e ali, no Rossio, na Estrela, espalhados por Lisboa, no Camões aos domingos de manhã, no Conde Barão, no Cais do Sodré. (AMARÍLIS, 1974, p.16)

O movimento contínuo das vivências particulares não deixa de ocorrer nas vivências do “outro”, ainda que esse “outro” tenha a mesma origem material e histórica. Esse conterrâneo, em deslocamento ou não,

---

<sup>3</sup> Dissertação apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras “Cabo-Verde em perspectiva feminina: a produção literária em língua portuguesa de Ivone Aída e Orlanda Amarílis”.

também não é mais o mesmo; o transcorrer no chão da história se estende a tudo e a todos, a despeito do desejo de se manter uma identificação essencial no tempo e no espaço. E Andresa representa essa ressignificação, ainda que saudosa e desejosa de estabelecer o elo original:

“Não chega a compreender porque se constrangia a acompanhar a Tanha. Estar à espera do marido, estava, mas não havia problema. Podia ir com a Tanha pela linha adiante a matar saudades, a ouvir a fala descansada e sabe de Soncente, fala de conversa de novidades.” (AMARÍLIS, 1974, p.15-16)

Dispondo do expediente memorialístico, Amarílis expõe por meio do foco narrativo, uma síntese da vida de Andresa, que rememora, num tempo cronológico passado, revisitado durante a espera do próximo comboio, a vida pregressa na ilha durante a juventude. A personagem de Tanha garante essa volta por meio da delimitação de um acontecimento significativo. Em outras palavras, as imagens recuperadas por Andresa fazem do resgate passado um processo de identificação com a condição cabo-verdiana, garantindo a permanência dessa identidade.

Amarílis garante o caráter vivo do conto por meio das imagens revisitadas por Andresa, limitando-as em acontecimentos significativos, e desenvolve por meio de suas lembranças “uma síntese viva ao mesmo tempo que uma vida sintetizada” (CORTÁZAR, 2008, p. 150). A condição humana particular das personagens se liga às recorrências simbólicas de um contexto compartilhado nos âmbitos histórico e social, conforme percebe-se no trecho que se segue: “Andava ela no liceu e lembra-se da Tanha, já rapariga feita, a namorar da janela do sobrado onde morava, com um moço de Santo Antão, filho de nhô Pedro de nha Mari Barba. Por sinal, era um bêbedo incorrigível.” (AMARÍLIS, 1974, p. 13)

Tanha, filha de nhô Simão Filili, que Andresa reencontra, quinze anos depois de partir da ilha, durante a viagem de comboio simboliza o sujeito feminino tanto nas condições de “exílio metafórico” de que fala Guillén (2005), como nas condições de exílio promovidas pela diáspora, como pode-se perceber na fala de Tanha, no segmento a seguir: “Bem, eu tenho cá o meu irmão Júlio. Júlio já é médico, mas está casado. Casou com uma rapariga daqui. Com uma mondronga. (...) As mondrongas são atrevidas e em casa das minhas primas estou mais à vontade” (AMARÍLIS, 1974, p.14). Ela é o sujeito feminino desconsiderado e marginalizado, inclusive dentro de sua própria identidade; definida socialmente por meio das condições impostas pelo exterior

dominante. “Tanha andara aflita com ataques de espuma na boca e gritos para a vizinhança ouvir, o pai não consentira na vinda de nhô padre para dar à irmã os últimos sacramentos e, entretanto, já se falava na morada. O enterro ia ser religioso”. (AMARÍLIS, 1974, p.19-20)

O trecho acima destaca, ainda, a contradição de nhô Simão com relação à sua ideologia. Apesar de não aceitar os sacramentos cristãos, o enterro seria religioso. Entenda-se religioso relacionado à doutrina cristã, mas que todavia plasma relativa carga de ambiguidade ao seu sentido, porque nhô Simão também possuía suas crenças desenvolvidas numa *práxis* própria, portanto o enterro seria “religioso” nos moldes de sua crença. Mas o que se torna mais importante ressaltar é que as heranças coloniais fragmentaram ideologias que ressignificadas parecem contrapor-se. A proibição de Nhô Simão com relação aos sacramentos cristãos na ocasião da doença e morte da filha Zinha, irmã de Tanha, que o povo acreditava ser um mal-feitiço feito pela amante do noivo - “Doença assim não podia ter outra origem senão mal-feitiço feito pela amante preta de Bissau”. (AMARÍLIS, 1974, p. 19) - é entendida pelos moradores da ilha como consequência do “pacto” com o demônio que nhô Simão estabelecera. As representações simbólicas do comportamento do velho figuravam como motivo de descaminho e de maldições, mas também significam uma retomada de traços dos referenciais matriciais fragmentados pela violência da dominação colonizadora; nhô Simão transgride o estabelecimento dominante da religião colonizadora e figura na recordação como indelével ligação com a terra natal.

A lembrança do pai de Tanha, nhô Simão Filili, temido e respeitado na ilha por conta de uma construção popular, que Andresa desenvolve em sua digressão, e as estórias contadas pela criada da casa, Bia Antónia, evidenciam na passagem que se segue a apropriação da religião do colonizador em detrimento da expressão religiosa cabo-verdiana, mas que são enfatizadas no enredo como forma de recuperação e estabelecimento do imaginário coletivo. Nhô Simão Filili designava-se maçónico e isso imprimia à imagem do velho uma aura demoníaca, difundida nas estórias da criada e que corriam em toda ilha, numa reprodução boca a boca. Andresa relembra a curiosidade que tinha, na época, de saber se Bia Antónia alguma vez vira os feitos extraordinários que narrava: “Não senhora, nha Xenxa é mulher cristã. Ela benze-se e reza responsos, uái, moçoncos têm pacto com o xuxo.”(AMARÍLIS, 1974, p.18)

Figura emblemática, nhô Simão Filili, representa a imagem da resistência e da autoridade; temido e respeitado, Andresa recordava-o como se não pudesse ser esquecida tão expressiva figura: “Quem poderia esquecer o homem pequenino e chupado daquela casa vermelha ali no Alto de Celarine?” (AMARÍLIS, 1974,

p.12), mas, também, figura o sentimento de pertença àquela identidade cultural, quando atesta que “Só quem nunca tivesse ouvido contar histórias de gongon, histórias de correntes arrastadas na estrada da Pontinha, em noites de ventania, por artes de xuxo, ou das trupidas de cavalos a atravessarem a morada por volta da madrugada” (AMARÍLIS, 1974, p.12-13). Ele é o símbolo de identificação, uma reafirmação de antecedentes históricos, que mesmo com seus aspectos contraditórios, institui uma unidade social e ideológica naquele contexto ao qual Amarílis experimentou; desconhecer esse código simbólico é estar de fora daquela realidade.

Se nhô Simão Filili é o símbolo que garante a identificação com a nacionalidade; é na representação da personagem de Tanha que Amarílis promove a amplitude do interior para o exterior da experiência vivida por muitos de seus “patricios”; enquanto o narrador dinamiza as ações e pensamentos da personagem Andresa, parece atender à esfera preexistente de que fala Cortázar (CORTÁZAR, 2008, p.228), movendo-se implicitamente no conteúdo subjacente à ficcionalidade, imprimindo, assim, a tensão necessária para transmissão da mensagem. É o reencontro casual com Tanha o agente acionador do mecanismo de memória em Andresa que, localiza a conterrânea em seu passado por meio das explicações sobre o motivo do deslocamento; esse fato, desperta na protagonista uma reatualização de sua identidade que parece relutar frente à sua condição de deslocamento. Entretanto, essa resistência de Andresa é abalada e transforma-se em ação que vai, sempre, recorrer na volta aos laços ancestrais, ainda que ela tente parecer indiferente: “Andresa pisca os olhos e surpreende-se a responder. És tu mesma, Andresa, és tu a dar sequência a esta conversa insípida. Poderias tê-la evitado, mas as conversas são assim. Têm um fio, um caminho a percorrer. Não te admires pois por te teres arriscado” (AMARÍLIS, 1974, p.10). O risco é emblemático porque ela se arrisca duplamente: na decisão pela diáspora e, depois, na permissividade inconsciente e inevitável de saber dos de lá numa tentativa de reconhecer-se.

O tempo de resgate do passado feito por Andresa transcorre em trinta minutos, tempo de espera pela partida do próximo trem, mas o eixo entre a digressão e o presente articula-se tão perfeitamente que confere a dimensão psicológica contraditória de Andresa com relação à sua identificação: “Andresa relembra tudo isto com tanta minúcia como se tivessem passados dias atrás. Como se nunca tivesse se despedido da Mãe-Terra e tivesse continuado as pegadas de nhô Simão Filili, de nhô Faia, de Antoninho Ligório, do Pitra.” (AMARÍLIS, 1974, p. 21). Tanha e as condições que a impeliram à diáspora recobram em Andresa a inevitável

identificação que culmina no desfecho da narrativa: “Coitada de Tanha! Vou com ela até Caxias” (AMARÍLIS, 1974, p.21).

A empatia de Andresa por Tanha adquire função significativa após a divagação pelo passado, porque a conterrânea vivera, dentro das particularidades de experiência individual, uma história compartilhada com Andresa no que tange às condições materiais, históricas e sociais relacionadas às suas posições: as duas partilham um lastro referencial que só os indivíduos inseridos naquele contexto e posicionados socialmente naquela estrutura podem (re)conhecer. Quando “uma inglesa ruiva, de bengala, senta-se ao seu lado” (AMARÍLIS, 1974, p.16), o fato não impede Andresa de seguir em suas lembranças, porque essa mulher ruiva, elemento exterior ao seu universo cultural e nacional, serve como representação dos influxos que acompanham o deslocamento e se misturam às experiências e ideologias em movimento, mas que, entretanto, não podem se sobrepor, e tão pouco desfazer, as origens de Andresa. Tanto é assim que quando Andresa volta das digressões, estabelecendo o tempo natural na narrativa, “a seu lado, a inglesa ruiva continua sua companheira de banco” (AMARÍLIS, 1974, p.21), o que parece deixar implícito que mesmo tão perto, sentada ao lado de Andresa, ela não pode, enquanto influência, participar e nem perceber as experiências daquela; existe entre elas uma distância subjetiva, cultural, material e histórica que a proximidade física não aplaca.

A seu lado, a inglesa ruiva continua sua companheira de banco. Na gare vazia, descobre o comboio. Levanta-se e começa a andar. Junto à segunda carruagem espreita. Tanha, olhar descansado, a face serena, num canto do assento como se devessem caber aí mais umas cinco pessoas ainda no mesmo banco, sorri para Andresa. Coitada de Tanha! Vou com ela até Caxias. (AMARÍLIS, 1974, p. 21).

### **Considerações finais**

Podemos dizer que Cais do Sodré é a metáfora de que não se desfazem as identificações instituídas na origem contextual histórica, ainda que elas sejam postas à prova mediante os influxos de outro espaço; a diáspora do indivíduo cabo-verdiano que, impelido ao deslocamento, põe em suspenso no tempo e no espaço, pela distância física e subjetiva, a experiência dos valores nacionais, não extingue nem substitui, a essência primeira da qual se nutre a origem. Antes incide sobre essa essência que ressignifica-se diante do crioulo, num



Web revista Página de debates

Questões de  
LINGUAGEM

EDIÇÃO 23 –2 SEMESTRE DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/05/2014  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/06/2014

processo, que longe de apagá-la, desperta no exilado um sentimento de pertencimento e identificação tão intensos que apenas a memória, e os encontros casuais com os de lá, podem resgatar.

### Referências Bibliográficas

AMARÍLIS, Orlanda. **CAIS - DO - SODRÉ TÉ SALAMANSA**. Centelha: Coimbra, 1974.

CORTÁZAR, Julio. **Alguns aspectos do conto**. In: *Valise de Cronópio*. Trd. Davi Arrigueti Jr. e João Alexandre Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2008.

\_\_\_\_\_. **Do Conto Breve e Seus Arredores**. In: *Valise de Cronópio*. Trd. Davi Arrigueti Jr. e João Alexandre Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2008.

RODRIGUES. Jussara de Oliveira. **Cabo - Verde em perspectiva feminina: a produção literária em língua portuguesa de Ivone Aída e Orlanda Amarílis** / Jussara de Oliveira Rodrigues; orientadora Simone Caputo Gomes. São Paulo, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Do Pós-Modernismo ao Pós-Colonial**. E Para Além de Um e Outro. Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/misc/Do\\_pos-moderno\\_ao\\_pos-colonial.pdf](http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf). Acesso em 06 de Jul/2014.

ZANDONÁ. Jair, ZUCCO, Maise Caroline. **Casas em exílio: fragmentos do feminino em personagens de Orlanda Amarílis**. Revista Investigações - Vol. 24, nº 1, Janeiro/2011.